

Dinâmica social e espaço¹

Sonia Barrios

Introdução: MORVEN – Metodologia para o Diagnóstico Regional

O tradicional enfoque regional se caracterizou por segmentar os processos sociais de acordo com critérios geopolíticos, geofísicos ou econômicos, na medida em que se tomou como unidades de análises as divisões político-administrativas, os complexos físicos-naturais ou as áreas de comercialização e de prestação de serviços. Embora cada um desses critérios expresse a incidência espacial de alguns dos fatores sociais ou naturais que intervêm na dinâmica de uma sociedade nacional, tomar como referência um deles nos obriga a visualizar todos os outros elementos sociais atuantes nos âmbitos territoriais distintos sob a camisa de força do nível espacial escolhido.

Essa situação particular e contraditória é a que deu um caráter tão polêmico às discussões acerca da segmentação dos espaços nacionais e levou a questionar fortemente a validade do recorte regional. Para isso contribuíram outras duas circunstâncias: uma delas é o fato de que a perspectiva teórica que orienta a esmagadora maioria das análises regionais destaca de forma predominante os aspectos técnico-econômicos, os políticos-formais e os espaciais, com os quais os setores produtivos, as regiões e as cidades se veem ideologicamente colocadas na condição de sujeitos da ação social; a outra circunstância é dada pelo acelerado processo de concentração econômica no capitalismo, o qual necessariamente obriga a uma contínua redefinição dos raios de ação dos principais agentes deste sistema e, em consequência, torna rapidamente obsoleta qualquer regionalização econômica.

1 Texto originalmente intitulado “Dinamica social y espacio”, traduzido de versão publicada para o IX Curso de postgrado em planificación del desarrollo, do Centro de Estudios del Desarrollo (CENDES), da Universidad Central de Venezuela (UCV), em janeiro de 1980.

Tradução: Luciano Duarte e Gustavo Teramatsu. Revisão: Melissa Steda.

Esquema n. 1: Enfoque Regional Tradicional

Regiões	Aspectos físicos (Estudados isoladamente)	Aspectos econômicos (Ênfase no técnico-produtivo)	Aspectos políticos (Ênfase no político-formal)	Aspectos sociais (A força de trabalho como recurso humano)	Aspectos espaciais (A região como sujeito da ação social)
A					
B		Diagnóstico Regional			
...					
C					

Quando nos propusemos à elaboração de um modelo matemático que representaria a organização regional da Venezuela atual—o MORVEN —, condicionamos inicialmente seu desenvolvimento à formulação de um sistema de hipóteses que orientaria este trabalho em um campo onde os aportes relativos ao tratamento teórico do espaço eram insuficientes ou inadequados. As abordagens fundamentais do marco teórico adotado podem se resumir às seguintes palavras: “a importância político-estratégica da problemática espacial e a consistente necessidade de colocar em evidência as causas últimas que a determinam requerem a elaboração de um novo esquema metodológico para o estudo do espaço construído nos países capitalistas subdesenvolvidos. Nesse esquema, os critérios abordados são: a) que a produção do espaço é um fato técnico em sua aparência, mas social em sua essência; b) que o elemento estruturante básico das sociedades históricas são as relações de dominação e subordinação que se estabelecem entre os homens durante o processo de trabalho; c) que o elemento dinamizante da totalidade social é constituído pelos conflitos resultantes da necessidade objetiva dos grupos dominantes de manter e fortalecer sua posição de classe através dos processos de acumulação, dos quais o espaço é seu instrumento material; d) e que o sistema político-ideológico, tendo por base o econômico, dê coesão para o funcionamento do todo social; devem estar claramente expressos” (BARRIOS, 1976).

Das explicações anteriores deriva uma série de exigências metodológicas para a análise regional, tal como exporemos em seguida, e com cujo cumprimento pretendemos superar as limitações que aparecem como mais evidentes no enfoque

tradicional. A primeira dessas exigências se refere à forma de observação da dimensão espacial da realidade, exigindo para tanto a introdução de categorias que deem conta dos distintos fenômenos que envolve essa dimensão — entre eles o da segmentação dos espaços nacionais — e da formulação de proposições relativas ao posicionamento dos mesmos dentro dos processos sociais. No ponto “Dinâmica Social e Espaço”, contido no presente documento, tratamos de responder a essas interrogações iniciais e, particularmente, no que diz respeito à problemática regional, vamos considerá-la como uma expressão das múltiplas vinculações que se estabelecem entre os diferentes agentes sociais atuantes no plano econômico e político e posicionados diferentemente no âmbito geográfico.

A segunda exigência aponta para a necessidade de suplantar a perspectiva técnico-produtiva que tem dominado os estudos econômicos, assinalando sua real significação às formas de organização social que regem os processos de produção e de acumulação e suas correspondentes expressões técnicas. A ênfase é colocada, então, na identificação, caracterização e localização dos distintos agentes que intervêm nesses processos, em suas inter-relações, em sua participação diferencial na massa de lucros obtidos e nos comportamentos que adotam para a capitalização dos mesmos. No ponto “Notas sobre sub-sistemas espaciais e circuitos de acumulação regional” [de autoria de Alejandro Rofman] se busca a integração dos critérios gerais para a abordagem do espacial e do econômico, expostos antes. E é através dessa tentativa de compreender e especificar como vão interagindo os distintos agentes produtivos sobre o espaço, objetivando maximizar sua capacidade de acumulação, que se esboça uma nova metodologia para a estruturação dos diagnósticos regionais.

À medida que centramos a atenção no comportamento dos agentes sociais reais, sem que estes apareçam disfarçados sob a aparência do “setorial” ou do “espacial” e fazendo distinção, além disso, entre capital e trabalho, surge uma estrutura de classe básica como expressão dos interesses antagônicos que apresentam os distintos agentes considerados. Daí surge como terceira exigência metodológica abarcar o campo do sociopolítico, incorporando aqueles aspectos que dão conta das relações contraditórias básicas entre capital e trabalho e entre as distintas frações do capital, dos conflitos resultantes, do papel que desempenham as organizações que representam os variados interesses contrapostos e da importante função reguladora do Estado. Toda essa problemática, que aparece desenvolvida no ponto “Metodologia sócio-política do MORVEN” [de autoria de Cecilia Cariola e Oscar Moreno], apresenta-nos de forma crucial, porque está na base da dinâmica dos processos sociais considerados.

Dinâmica Social e Espaço

Na inter-relação entre os processos sociais e o marco territorial, definida como campo de estudo do modelo regional, o espaço cumpre uma dupla função: a de *objeto* e a de *suporte* da ação social. No primeiro caso, o espaço intervém sob a forma de recursos naturais, os quais são utilizados pela sociedade para sua reprodução material. No segundo caso, serve de assento aos grupos sociais e às atividades que estes desenvolvem, participando, além disso, por meio de sua adequação às necessidades sociais (infraestrutura), como um meio indispensável para que aquelas atividades possam ser realizadas.

Mas o espaço é também *esfera de ação* e constitui, junto com o tempo, as duas categorias que dão conta das condições históricas em se concretiza a realidade². A respeito desta última, é possível observar distintos graus de coletivização dos agrupamentos humanos em um dado momento, a cada um dos quais necessariamente corresponde um raio de operação, um marco histórico de realização. Em alguns casos, esses âmbitos espaciais da organização social têm uma demarcação territorial precisa: a nação, o distrito, o município, a área urbana, a vizinhança. Em outros casos, aparecem como categorias mais ou menos intuitivas: as noções de espaço econômico e de espaço político são dois bons exemplos do que foi anteriormente anotado.

Entre todos os fenômenos que compreende essa forma de visualização do espaço, interessa-nos destacar aqueles que se relacionam com a segmentação dos territórios nacionais (regionalização). A esse respeito cabe assinalar que dois conjuntos de critérios foram utilizados para tais fins: um, derivado das ciências naturais, que leva a distinguir bacias hidrográficas, zonas climáticas, regiões naturais etc. Outro, derivado das ciências sociais, que leva a outro tipo de fragmentação dos espaços considerados, baseando-se em elementos e relações de caráter econômico e sociopolítico. Somente este último enfoque está dentro do nosso campo de observação.

A partir das considerações até aqui adiantadas, a problemática referente à relação dinâmica social/espaço compreenderia os seguintes aspectos:

- existência, localização heterogênea e aproveitamento dos recursos naturais.
- necessidades de infraestrutura física que considerem as práticas dos grupos sociais.
- localização desses grupos e de suas atividades sobre o território e relação

2 Leibniz considera de forma muito clara este aspecto dizendo: “o espaço não é uma substância, é a ordem das coexistências possíveis”. Citado por Boudeville (1961). Outras considerações sobre esse tema, por si próprio bastante abstrato, podem ser encontradas em Sergio Bagú (1973).

com o entorno.

- esfera de ação dos grupos sociais pertencentes a uma formação social nacional.

No entanto, para seguir em frente com nosso objetivo de análise da problemática espacial em suas múltiplas expressões, temos distinguido três classes de fenômenos relacionados com os mesmos: i) a *configuração espacial*, que se refere às formas peculiares que adota a distribuição da força de trabalho, das atividades sociais da infraestrutura produtiva e de consumo coletivo, dos recursos naturais e das condições ambientais sobre um território dado (dispersão-concentração); ii) a *organização social do espaço*, que revela as distintas maneiras em que os elementos materiais antes citados são postos em relação entre si por meio da ação organizada dos agentes sociais. Estes se estruturam dessa maneira seja na produção, na distribuição, na circulação e no consumo ou na gestão, dando lugar ao surgimento dos espaços econômicos e dos aspectos políticos-administrativos. Contudo, como estes últimos já aparecem delimitados, interessa-nos muito especialmente aquelas esferas de ação geradas pelas práticas econômicas. Como veremos mais à frente, realizaremos sua identificação buscando os referenciais espaciais que chamaremos “circuitos regionais de produção e acumulação”; iii) *os fluxos de pessoas, bens, dinheiro e informação* que são os principais responsáveis pelo fenômeno de configuração espacial (entre os quais se inclui o da urbanização) e que definem, por sua vez, os limites físicos dos distintos níveis de integração funcional dos agentes sociais a serem considerados; em outras palavras, a organização social do espaço.

Neste ponto, queremos chamar a atenção para o fato de que a distinção entre as categorias configuração espacial e organização social do espaço não é meramente analítica, mas real. Isso se deve à circunstância de que o espaço humanizado tem como propriedade característica a sua inércia, a sua permanência no tempo, muito mais além da conjuntura histórica que lhe deu origem. Em consequência, produz-se uma disparidade temporal de caráter estrutural entre os processos sociais, dinâmicos, e a comparativamente lenta transformação do espaço.

Assim, delimitado nosso campo de observação e definidas as categorias de análise que empregaremos em seu estudo, resta-nos agora apresentar o conjunto de hipóteses gerais que dão conta das formas históricas em que sociedade e espaço se inter-relacionam para dar origem aos fenômenos mencionados. Para isso, partiremos da análise dos processos básicos que respondem pela estrutura e dinâmica das formações sociais capitalistas: o processo de produção e o processo de acumulação, buscando derivar daí as expressões particulares que assumem a configuração espacial, a organização social do espaço e os fluxos nas sociedades

capitalistas contemporâneas.

Diferenciação social e espaço

Sabemos que o elemento determinante do processo de produção capitalista são as relações sociais que se estabelecem durante seu desenvolvimento. Essas relações estão primordialmente fundamentadas na propriedade dos meios de produção, condição que define os papéis dos distintos agentes sociais que intervêm no processo mencionado e determinam sua participação no produto social resultante e no grau de satisfação de suas necessidades (DOWIDAR, 1974). Consequentemente, essa condição inicial projeta o primeiro grande critério para a diferenciação social no capitalismo, como a que se estabelece entre capital e trabalho, entre proprietários e não proprietários dos meios de produção.

Ora, parece um caminho útil para nossos propósitos — que são questionar quais são os elementos que conformam esses meios de produção que são apropriados por alguns grupos sociais que passam a ocupar uma posição hegemônica dentro da estrutura econômica. Uma classificação dos mesmos tratando de diferenciar, por um lado, os objetos e instrumentos de trabalho, e por outro, as escalas mais gerais em que estes podem ser vistos, nos daria os seguintes resultados:

	Escala microeconômica	Escala macroeconômica
Objeto de trabalho	Matérias-primas brutas Matérias-primas elaboradas	Recursos Naturais
Instrumento de trabalho	Maquinaria e pessoal Meios de transporte Animais reprodutores Instalações físicas	Capacidade instalada Infraestrutura física Equipamento social

O esquema acima põe em destaque o duplo papel que desempenha o espaço concreto, tridimensionalmente, dentro das práticas econômicas, tal como havíamos proposto no início deste texto. Assim, como recurso natural, se constitui em última instância o *objeto de trabalho de tais práticas*. Por outro lado, como suporte das práticas sociais, o espaço aparece como parte integrante dos *instrumentos de trabalho*, em sua condição de meio físico humanizado.

Entretanto, se como recurso natural o espaço compreende a totalidade do que entendemos como objetos de trabalho, em troca, participa apenas como um dos componentes da categoria instrumentos de trabalho. Com efeito, de acordo com nossa proposta, estes últimos abarcam também os bens de capital, um elemento com propriedades e funções distintas daqueles do espaço-suporte. Contudo, não devemos esquecer-nos de que o espaço condiciona o aspecto técnico do processo de trabalho que os homens, mais do que impor às leis da natureza, devem aprender a utilizar em função dos objetivos sociais dominantes em cada situação histórica.

Mas, ao chegar a esse ponto, nos interessa destacar o fato de que a diferenciação social que apontávamos nos parágrafos anteriores tem o espaço-objeto e o espaço-suporte como dois de seus referenciais. E é justamente essa divisão entre capital e trabalho a que vai imprimir uma lógica particular ao processo de apropriação e transformação do espaço, ao gerar interesses antagônicos entre esses setores sociais.

Em função desses apontamentos básicos é preciso que caracterizemos agora o processo de produção na fase monopolista internacional do capitalismo. Do ponto de vista do capital, a primeira e mais importante característica a se destacar nesse sentido é a de que, na conjuntura atual, os proprietários dos meios de produção já não são mais os empresários individuais, mas as grandes corporações³. No âmbito espacial, a centralização das decisões de ordem econômica por parte das firmas gigantes e sua necessidade de manter estreitas relações com o aparato estatal, acompanhado de um desenvolvimento concomitante dos meios de transporte e comunicação e do controle gerencial, têm determinado a concentração geográfica de seus centros vitais. Como consequência, alguns lugares privilegiados mostram altíssimas densidades de capital produtivo, financeiro e mercantil, comparativamente às áreas restantes do mundo capitalista, dando lugar ao surgimento dos grandes complexos urbanos do presente: a metrópole e a megalópole.

Uma segunda característica a ser examinada é a crescente internacionalização desses setores capitalistas, o que faz com que as antigas relações de subordinação que se verificavam entre unidades de produção inseridas em sistemas econômicos nacionais sejam substituídas, progressivamente, por relações entre capitais de diferente poder e origem. Nesse plano se situa a contradição que coloca a existência

3 “Hoje em dia, a unidade típica do mundo capitalista é a empresa de grande escala que produz uma parte importante do produto da indústria, ou de várias indústrias, e que é capaz de controlar o preço, o volume de produção e os tipos e quantidade de seu investimento” (...) “O capitalismo monopolista é um sistema formado por corporações gigantescas” (BARAN; SWEEZY, 1973, pp. 9, 10, 43).

do Estado e dos espaços político-territoriais em sociedades cujos principais agentes econômicos estão em processo de transnacionalização⁴.

As grandes corporações, conseqüentemente, compreendem um conjunto variado de relações assimétricas entre distintos agentes—Estados nacionais, grupos empresariais nacionais e estrangeiros, competitivos ou monopolistas—relações que permitem às corporações maximizar sua participação no excedente total gerado pelo sistema capitalista mundial. Essas novas circunstâncias exigem, por um lado, estudar as relações e alianças entre o capital monopolista internacional, o capital monopolista nacional e o Estado, que, como sabemos, são os que controlam o processo produtivo no atual sistema capitalista. Fioravanti afirma que a tendência predominante desse sentido é a da fusão do capital internacional com o capital estatal em detrimento das burguesias nacionais⁵, situação que deveria ser especificada para cada um dos países capitalistas.

Uma terceira característica que merece ser considerada é a dos grandes avanços alcançados no campo da ciência e da tecnologia por parte dos grupos econômicos dominantes do capitalismo, e as formas que adquire a transferência desses conhecimentos às áreas subdesenvolvidas. Esse desenvolvimento das forças produtivas tem permitido uma mudança substancial, mas não decisiva, como trataremos de explicitar mais à frente, na importância relativa da propriedade dos meios de produção como elemento de definição de uma situação hegemônica dentro do aparato produtivo. Agora, por meio do monopólio do saber, é possível controlar indiretamente os objetos e instrumentos de trabalho e ocupar posições de poder sobre seus proprietários diretos.

Nessa situação de dependência científico-tecnológica estão todos aqueles setores sociais cuja atividade principal se baseia na exploração dos recursos naturais, como é o caso dos países primário-exportadores. Entretanto, é preciso colocar em termos corretos a importância que desempenha o controle dos objetos de trabalho (recursos naturais) na luta que travam as grandes corporações internacionais pelo poder econômico. Vejamos o que diz Coraggio sobre o tema:

4 “A nova dependência é função da relação entre capitais desiguais e não de relações entre países diferente nível de desenvolvimento. No entanto, existe uma subdependência de caráter nacional” (FIORAVANTI, 1975, p. 217).

5 “Devemos assinalar que a tecnologia, no contexto socioeconômico atual, constitui claramente uma mercadoria e portanto tem que ser tratada como tal. Mas a importância é distinguir que se trata de uma mercadoria especial na medida em que em muitas circunstâncias se transforma em uma forma de capital, sobretudo naqueles casos em que ela dá lugar a uma relação permanente de dominação e de exploração. Tal é o caso da participação que têm os proprietários no excedente das unidades produtivas que demandam tecnologia na forma de sistemas de informação e gestão, o que, evidentemente, faz surgir uma situação distinta daquela que se estabelece quando se adquire a tecnologia como um elemento implícito nos bens de capital” (FLORES, 1976).

Sem a disponibilidade desse elemento material (matérias primas) em quantidades e qualidades adequadas o processo de produção não poderia se efetuar. (...) O grande desenvolvimento das forças produtivas na atual conjuntura tem trazido consigo a possibilidade de absorção de uma massa crescente de matérias-primas no metabolismo econômico, provocando em poucas décadas o esgotamento de estoques de recursos naturais anteriormente em exploração. Como consequência, estoques antes considerados como marginais são postos em atividade; exploram-se zonas periféricas ainda virgens em busca de novos estoques. A luta oligopólica requer para seu êxito o controle exclusivo de estoques de recursos naturais escassos. (CORAGGIO, 1974)

O papel estratégico que desempenha a posse dos recursos naturais para as grandes corporações é o que determina que o predomínio que seus proprietários indiretos possam exercer sobre os diretos tenha um caráter relativo. Temos visto nos últimos anos que através das alianças entre os países primário-exportadores, em alguma medida—apesar de resultado somente simbólico—se tem conseguido incidir nas regras que definiam a repartição do excedente em escala mundial. Essa observação é a que nos faz reivindicar a relevância da propriedade direta dos meios de produção como o principal elemento de poder dentro do processo de trabalho capitalista, e o papel estratégico fundamental que cumpre o espaço como um de seus componentes.

Nos resta agora examinar, a partir do ponto de vista do trabalho, as implicações espaciais do processo produtivo no capitalismo monopolista internacional. Sabemos que a concentração e a centralização do capital pressupõem a proximidade física de grandes contingentes de força de trabalho. A alta densidade de ocupação do solo que caracteriza as grandes cidades oferece maiores facilidades para satisfazer as necessidades básicas de vida, saúde, educação, formação e lazer dessa massa trabalhadora. Por essa razão—e a despeito das outras importantíssimas funções produtivas, políticas e cultural-ideológicas de seus agentes mais destacados—as aglomerações urbanas passam a ser definidas como unidades de reprodução da força de trabalho (CASTELLS, 1974).

Essa situação reforça a tendência já demonstrada pelos setores capitalistas no sentido de uma urbanização acelerada e geograficamente focalizada. Entretanto, nessas macro-aglomerações a presença de um Estado cumpridor das funções estratégicas de regulação e de representação majoritária da força de trabalho e do capital determina que esses lugares se convertam no cenário principal da luta social

na fase atual do capitalismo.

A lógica do capital e do trabalho na apropriação e transformação do espaço

A unidade dialética dos processos de trabalho e de acumulação só admite cisão no plano analítico. De fato, o primeiro desses processos não passa de um instrumento para a valorização do capital produtivo e, reciprocamente, a capitalização dessa valorização, sua incorporação no processo produtivo, é condição fundamental para que o capital siga existindo como relação social.

No entanto, a imposição dos interesses capitalistas implica uma permanente confrontação com os setores trabalhadores que reivindicam uma maior participação no produto social obtido. Tal situação determina que a expansão do sistema não responda unicamente à racionalidade do capital, mas ao desenvolvimento permanentemente contraditório entre capital e trabalho⁶. Portanto, ao redor da distribuição e da acumulação se situam os conflitos sociais básicos do capitalismo, sendo necessária a forte intervenção das instâncias política e cultural-ideológica para que aquela possa realizar-se obedecendo, em grande medida, à lógica dominante⁷.

Conseqüentemente, se analisamos o capitalismo desde a óptica de sua racionalidade - que se expressa na necessidade de produzir a maior quantidade de lucro e de transformar esse lucro em capital - assim como dos esforços que se deve despender para neutralizar em alguma medida as contradições que essa racionalidade vai gerando, podemos compreender os principais fenômenos que caracterizam o desenvolvimento histórico dessa ordem social. Em particular, nos deteremos ao exame da expressão espacial dessa dinâmica.

Assim, dentro das ações que respondem ao objetivo geral de aumentar a taxa de lucro⁸, é possível distinguir as seguintes tendências:

i) iniciativas orientadas a *diminuir a incidência do trabalho nos custos de produção* mediante o acelerado desenvolvimento das forças produtivas. Isso significa que, para se valorizar crescentemente, o capital deve transformar os lucros em novos meios de produção que possibilitem o melhoramento da produção do trabalho. Portanto, o manejo adequado do capital constante, em seu crescimento, reside numa das chaves do desenvolvimento capitalista, mas sem que em nenhum

6 LANDER, Edgardo.

7 “Cremos que os modos de utilização dos excedentes constitui o mecanismo indispensável que une os fundamentos econômicos da sociedade com o que Marx chamou de superestrutura” (BARAN; SWEENEY, 1973, p. 11).

8 Taxa de lucro = benefícios + rendimentos + interesses/capital constante + trabalho.

momento ele implique na dispensa da força de trabalho, única criadora de mais-valia.

Como já vimos no ponto anterior, o capital constante é constituído pelo conjunto de instrumentos de trabalho em seu sentido estrito⁹ e pelo espaço geográfico enquanto objeto e suporte da produção material. Consequentemente, o papel estratégico e decisivo que esses elementos têm de cumprir no processo de acumulação capitalista nos dá aqui a justa medida de sua enorme relevância para a reprodução do sistema e permite colocar devidamente toda a problemática que tem como centro de atenção o espaço¹⁰. Sob a perspectiva antes exposta, pode ser adequadamente compreendida a grande competição que hoje em dia se desenvolve entre os setores capitalistas pelo controle e a ocupação de áreas estrategicamente localizadas com relação aos mercados ou pelo acesso às fontes de matérias-primas.

No primeiro caso, é de todo conhecido que o aspecto relacionado à localização no espaço, juntamente com a exequibilidade e rentabilidade, constituem as três questões-chave que são examinadas antes de qualquer aplicação do capital em alguma atividade produtiva. Uma localização bem escolhida garante menores custos de transporte e economias de aglomeração que compensam amplamente as deseconomias que poderiam derivar, por exemplo, da valorização acelerada das terras urbanas. Este último aspecto é de suma importância para explicar por que a macrocefalia urbana é um fenômeno inevitável no capitalismo. Também ajuda a entender por que, na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas permite maximizar o aproveitamento dos recursos naturais, aumenta o número de agentes produtivos ligados ao processamento desses recursos que se somam àqueles que já haviam optado por uma localização urbana. Por outro lado, a renda da terra é parte constitutiva dos lucros, o que nos indica que a propriedade privada das áreas urbanas e rurais também cumpre um papel protagonista no processo de valorização do capital.

No segundo caso, sabemos que o aproveitamento dos recursos naturais está na base de toda atividade produtiva. Sendo esses recursos escassos, quem busca monopolizá-los direta e indiretamente assegura uma posição negociadora extremamente vantajosa no momento da distribuição do excedente dentro de um sistema nacional e internacional.

Outra via que levou a reduzir a incidência do trabalho nos custos da produção foi a de mobilizar capitais de um espaço político-territorial para outro,

9 Máquinas, equipamentos, ferramentas, meios de transporte. HARNECKER (1973).

10 Marx já assinalava em *O Capital* que uma das características do capitalismo se constitui no crescimento da riqueza sob a forma de meios de produção.

onde as condições de reprodução da força de trabalho são mais favoráveis. Tais condições, relacionadas com a presença das formas heterogêneas de organização social da produção ou com a presença de sistemas políticos que restringem os movimentos reivindicatórios em prol de melhores salários, permitem remunerações relativamente mais baixas a esse fator da produção e se traduzem em sobre-exploração¹¹.

As contradições sociais que vão juntamente aos processos mencionados se expressam especialmente através de:

- A utilização irracional dos recursos naturais, ao privar o interesse econômico-individual sobre o interesse social;
- A concentração de capitais e de força de trabalho naquelas áreas que contam com condições excepcionais para a acumulação capitalista, fato que determina que o fortalecimento de grupos monopolistas estabelecidos nas grandes aglomerações urbanas se faça às custas do enfraquecimento dos grupos econômicos que se desenvolvem nos demais subespaços nacionais;
- O surgimento de problemas de poluição ambiental e de caos urbano naqueles lugares onde se verifica a concentração de capitais e forças de trabalho, na medida em que esse processo se realiza seguindo as livres leis de mercado e evitando o controle social;
- A intensa diferenciação que apresentam os distintos agentes sociais no que diz respeito a sua possibilidade de acesso à terra, tanto na esfera do consumo como da produção. Esse fato dá lugar a uma distribuição muito seletiva de agentes sobre o espaço urbano e rural e explica os enormes desníveis que estes apresentam no que se refere à infraestrutura de que dispõem para suas atividades;
- A criação de desemprego naqueles espaços nacionais de onde são originários os capitais que se deslocaram em busca de melhores condições

11 Celso Furtado (1976, p. 45-46), analisando as vantagens que têm as grandes empresas ao operar em espaços econômicos nacionais distintos, assinala o seguinte: “Admitindo-se que a tecnologia seja aproximadamente a mesma, os principais fatores causadores das diferenças de rentabilidade serão: a escala da produção, as economias externas locais, o custo dos insumos que não podem ser importados e dos impostos locais, do ponto de vista do produto final. Os dois primeiros fatores estão profundamente ligados à dimensão do mercado. Desse modo, se admitimos que o nível de impostos é o mesmo, a rentabilidade passa a depender da dimensão relativa do mercado interno e do custo da mão de obra. Agora, o efeito positivo da dimensão do mercado tende a um ponto de saturação que varia de indústria para indústria. Na medida em que este é alcançado, o fator fundamental passa a ser o custo da mão de obra do ponto de vista do produto vendido no mercado interno. Se a grande empresa, ao organizar um sistema produtivo que se estende do centro à periferia, consegue, na realidade, incorporar à economia do centro os recursos de mão de obra barata da periferia”.

para a reprodução da força de trabalho, e de desequilíbrios sociais naqueles que atuam como receptores desses capitais.

ii) iniciativas orientadas a *diminuir a incidência do capital constante nos custos de produção*. Nesse sentido a estratégia dos setores monopolistas capitalistas se baseia principalmente em dois tipos de ações. No que diz respeito ao espaço-objeto, através do comércio internacional, do investimento direto e das pressões político-militares, tratam de obter matérias primas a custos menores naquelas áreas onde as condições naturais ou os sistemas econômicos imperantes assim lhes permitam. Também é bastante comum que deixem nas mãos do Estado a produção e fornecimento de alguns insumos básicos, como a água e a energia, recebendo-os depois a preços subsidiados.

No que diz respeito ao espaço-suporte, sua estratégia consiste em reverter em seu proveito os benefícios que derivam da infraestrutura física e social que os Estados nacionais constroem, que tradicionalmente são responsáveis pela criação de obras de capital social básico que são financiados por toda a comunidade. Através do cumprimento desta função, o setor público contribui de forma decisiva na manutenção e até mesmo no crescimento da taxa de lucro dos grupos privados, ao aportar uma alta parcela de capital constante, parcela que, em outras circunstâncias, teria que ser custeada pelas próprias empresas¹².

As iniciativas mencionadas têm como contradições específicas:

- O empobrecimento relativo e a instabilidade econômica daquelas sociedades nacionais que se especializam no fornecimento de matérias primas baratas para os grupos monopolistas internacionais. Tal situação, com muita frequência, obriga as primeiras a uma exploração acelerada e irracional desses recursos para conseguir os meios econômicos com os quais enfrentam seus inúmeros problemas sociais;
- A desigual distribuição espacial das obras de capital social básico que os estados nacionais constroem, os quais vão atender de forma preferencial e prioritária aos reclames crescentes e localizados dos grupos de maior poder econômico. Esse comportamento do setor público faz com que sejam ainda mais agudas as diferenciações entre os distintos subespaços nacionais no que se refere a sua maior ou menor adequação às necessidades de reprodução do capital e do trabalho. A atividade investidora do Estado em função dos interesses mencionados representa, em certa medida, outro fator explicativo básico da macrocefalia urbana.

12 Aqui nos referimos a estradas, pontes, portos, aeroportos, represas, sistema de irrigação etc.

iii) Iniciativas orientadas a *aumentar a massa de lucro produzida num dado período* mediante ações direcionadas a minimizar todos aqueles obstáculos que se opõem ao desenvolvimento ampliado do processo cíclico do capital.

Na esfera da produção tais ações se traduzem, basicamente, em reduzir o máximo possível o tempo de duração desse processo. A utilização de métodos para a racionalização do trabalho e a introdução de procedimento que aceleram artificialmente aquelas etapas nas quais as características físicas e químicas dos bens manipulados impõem exigências temporais para sua realização, são algumas das medidas adaptativas com esse fim.

Na esfera da circulação, a consecução do primeiro objetivo tem variadas e complexas manifestações. A primeira delas está relacionada com o ganho de continuidade desse processo e se expressa através da criação e constante ampliação de um sistema financeiro que reduza as defasagens estruturantes e conjunturais entre produção e consumo; do extraordinário impulso do comércio internacional como mecanismo de absorção dos excedentes da produção — que têm como primeiro estágio as esferas político-territoriais — e como mecanismos de transferência dos lucros entre as atividades que participam do intercâmbio (AMIN, 1976); a exportação de capitais para novos setores e para distintas áreas do mundo capitalista, na busca de novas oportunidades de investimento; e da concentração espacial da força de trabalho.

Paralelamente, é imprescindível que se desenvolvam com grande vigor as atividades de comércio, publicidade, transporte e armazenamento, que são as que viabilizam as ações antes descritas. Ao mesmo tempo, impõe-se diminuir as perdas ocasionadas pela perecibilidade e a descontinuidade temporal e espacial que é característica dos produtos naturais, iniciando-se sua substituição parcial por similares sintéticos.

Essas distintas orientações convergem no sentido de privilegiar a expansão das atividades secundárias e terciárias que encontram no meio urbano as condições indispensáveis para seu desenvolvimento. Em contraposição, determinam que as atividades relacionadas com a agricultura e os agentes produtivos a ela vinculados participem de forma subsidiária em todo esse processo. Nas áreas rurais, somente as atividades extrativas seguem desempenhando um papel relevante para a produção capitalista.

Por outro lado, a necessidade de atuar sobre os mecanismos de fixação de preços, fator importantíssimo na determinação do montante dos lucros obtidos e sobre aqueles fatores que amenizam constantemente a estabilidade das distintas

unidades de produção capitalista, têm também manifestações muito significativas.

No primeiro caso, a passagem do capitalismo competitivo para o monopolista se traduz nos esforços vitoriosos por obter o controle dos preços, os quais, ao depender anteriormente dos mecanismos de mercado, poderiam afetar grandemente o lucro. Alcançado esse objetivo, hoje em dia a concorrência se orienta no sentido da captura de uma maior fração do mercado.

No segundo caso, a expansão do capital para distintas áreas e setores permite suportar o perigo da queda da taxa de lucro, fenômeno que é inerente ao crescimento desigual do capitalismo e afeta em momentos distintos cada uma das atividades que respondem a sua racionalidade. Essas tendências explicam a conformação dos grandes conglomerados econômicos, as companhias gigantes¹³. Essas, adicionalmente, possibilitam o aumento da taxa de rotação do capital, ao se apropriar dos elos estratégicos dos círculos de acumulação.

O fato de as grandes corporações estarem substituindo o empresário individual como o principal agente econômico do capitalismo tem implicações decisivas para o tratamento das categorias que temos denominado como organização social do espaço. A escala internacional mostra que as relações econômicas entre países centrais e periféricos se transformaram progressivamente em operações internas das grandes empresas ou entre grandes empresas (FURTADO, 1976 p. 40; FLORES, 1977, p. 236; FIORAVANTI, 1975, p. 817), situação que leva a questionar a validade do recorte espacial entre centro e periferia e a perguntar sobre a vigência e funcionalidade dos espaços nacionais para o processo de acumulação capitalista (PALLOIX, 1975, p. 11-12).

A escala nacional propõe o desaparecimento do espaço regional, âmbito de ação que traduzia as operações dos empresários médios. Esses, ao serem absorvidos pelas corporações gigantes, passam a atuar no plano nacional e internacional. Daí que a visão das unidades regionais como recortes subnacionais contíguos e justapostos deve ser substituída pela de espaços econômicos das grandes firmas, espaços que se entrecruzam sobre os marcos geopolíticos nacionais e, muitas vezes, os ultrapassam.

13 “O tipo de firma de vanguarda hoje em dia é uma organização flexível que busca nem tanto continuar a fabricar um produto melhor e mais barato em uma linha principal, mas ser capaz de dar a combinação que melhor produza lucros, entre o fluxo crescente de produção e/ou serviços que o mercado deseja (...) o que interessa à sociedade anônima é ser capaz de entrar e sair de qualquer linha de produto, de qualquer ponto e de combinar as linhas de modo mais benéfico em qualquer momento... Se fosse possível, fariam a maioria de suas atividades pela via do subcontrato... e manteriam as funções de desenho, planejamento, mercado e as funções financeiras. Em suma, para dar conta da mudança nos moldes das estruturas das sociedades anônimas nos últimos 30 anos, basta comparar a tremenda rigidez da Krupp com a estupenda flexibilidade da Litton” (LASUEN, 1969, p. 17).

As iniciativas que têm como finalidade fazer mais eficiente o processo de valorização do capital, tal como as que examinamos até aqui, geram contradições específicas que envolvem diretamente as distintas frações do capital.

No plano espacial essas contradições se manifestam através:

- Do enfrentamento entre os setores capitalistas que buscam ampliar os espaços sobre os quais exercem sua hegemonia, fato que se traduz em uma concorrência pelo acesso aos recursos naturais estratégicos, à infraestrutura física e ao equipamento social, às localizações privilegiadas, aos setores econômicos mais dinâmicos e aos mercados de maior poder aquisitivo. Esse enfrentamento se verifica tanto no plano nacional como no internacional;
- A dramática acentuação das desigualdades sociais entre os agentes capitalistas que saem favorecidos nesse processo e os que terminam prejudicados. Como cada um desses elementos está situado diferencialmente no espaço e tem seu próprio âmbito de ação, no nível das aparências surge o que se tem chamado de desigualdades “regionais” e desigualdades entre países “centrais e periféricos”. Isto é, se atribui ideologicamente uma conotação espacial a um fenômeno que na realidade expressa os distintos graus de dominação que certos setores capitalistas buscam alcançar sobre as condições materiais indispensáveis para a geração e partilha dos excedentes em escala nacional e mundial.

Toda a problemática ligada à conceituação do que é a organização social do espaço, e especialmente aquela relacionada com a questão regional, tem uma enorme validade em nossos dias, porque a região se coloca como um dos mais eficazes âmbitos operacionais para a ação reguladora do Estado. Ação que a cada dia adquire maior relevância e dimensão, na medida em que se acentua a crise global que suscita o desenvolvimento das grandes contradições que acompanham a reprodução ampliada na fase atual do capitalismo.

Referências

- | | |
|--|---|
| AMIN, Samir. <i>El intercambio desigual</i> . Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1976. | BAGÚ, Sergio. <i>Tiempo, realidad social y conocimiento</i> . Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1973. |
| BARAN, Pauk; SWEEZY, Paul. <i>El capital monopolista</i> , Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1973. | BOUDEVILLE, Jacques. <i>Les espaces économiques</i> . Paris: PUF, 1961. |
| BARRIOS, Sonia. Sobre la Construcción del Espacio. <i>Cuadernos del CENDES</i> , n. 8, jul, 1976. | CASTELLS, Manuel. <i>La questione urbana</i> . Veneza: Marsilio, 1974. |

- CORAGGIO, José Luis. Consideraciones teórico metodológicas sobre formas sociales de organización del espacio y sus tendencias en América Latina. *Revista Interamericana de Planificación*, México, Vol. VIII - Nº 32, Dic. 1974.
- DOWIDAR, Mohamed, Les concepts: du mode de production à la région. *Espaces et Sociétés*, n. 10-11, out. 1973/fev. 1974.
- FIORAVANTI, Eduardo. *El capital monopolista internacional*. Barcelona: Ediciones Península, 1975.
- FLORES, Max. Notas para uma discussão. *Cuadernos de la Sociedad Venezolana de Planificación*, Caracas, p. 235-238, enero-marzo, 1976.
- FURTADO, Celso; WARSAVSKY, Oscar. *El Club de Roma*. Anatomía de un Grupo de Presión. Buenos Aires: Ediciones Síntesis, Colección Contemporánea, 1976.
- HARNECKER, Marta. *Los conceptos elementales del materialismo histórico*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1973.
- LASUEN, José Ramón. De los polos de crecimiento. *Cuadernos de la Sociedad Venezolana de Planificación*, n. 68-69, nov. 1969.
- PALLOIX, Christian. *L'internationalisation du capital. Éléments critiques*. Paris: François Maspero, 1975.

Sobre a autora

Sonia Barrios (1938): brasileira, naturalizada venezuelana, possui graduação em Arquitetura pela Universidad Central de Venezuela (UCV), mesma instituição onde obteve seu título de mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, com a ênfase Urbano e Regional. Posteriormente, titulou-se PhD em Planejamento Urbano Regional pela Universidade da Califórnia, em Berkeley, nos Estados Unidos. Além de autora de inúmeros trabalhos científicos, artigos e contribuições em livros, desenvolveu grande parte de sua carreira acadêmica no Centro de Estudios del Desarrollo (CENDES) da UCV, sendo diretora no período de 2000 a 2003, além de coordenadora do programa de pós-graduação em Estudos do Desenvolvimento.

* * *

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>

Tradução: Luciano Duarte e Gustavo Teramatsu
Revisão: Melissa Steda

Agradecimentos a Sonia Barrios e ao Centro de Estudios del Desarrollo (CENDES).